



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

### SENTENÇA

Processo nº: **1006114-93.2017.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Perdas e Danos**  
 Requerente: **Tiago Bueno**  
 Requerido: **Agraben Administradora de Consórcios Ltda e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

TIAGO BUENO, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Agraben Administradora de Consórcios Ltda, Adhmar Benetton Junior, Gonçalo Agra de Freitas, Luiz Haroldo Benetton e Novamoto Veículos Ltda, também qualificado, alegando que se dirigiu a concessionária *HONDA NOVAMOTO*, nesta cidade, e na ocasião teria sido vendido um plano de consórcio para o autor, que teria firmado contrato particular, na concessionária, de participação de um grupo de consórcio, objetivando a aquisição da motocicleta pelo valor de R\$7.762,00, sendo que o autor teria paga dez parcelas do total de trinta e seis parcelas, e ao total o autor teria pagado trinta e duas parcelas e posteriormente teria recebido um comunicado da *AGRABEN*, de que estavam suspensas as assembleias ordinárias e extraordinárias de todos os grupos consorciados, com vista a entrega de bens, ficando ainda suspensos os pagamentos dos consorciados não contemplados com o bem, o que seria o caso o autor, frustrando as expectativas quanto à aquisição da motocicleta; afirmou que o valor total pago pelo autor seria R\$4.010,13, motivo pelo qual requer a procedência total dos pedidos para declarar a rescisão do contrato entabulado entre as partes, a condenação das rés solidariamente ao pagamento de indenização por danos morais no valor de quarenta salário mínimos, e a restituição de toda quantia paga que perfaz a importância de R\$2.950,00, com fundamento no princípio que proíbe o enriquecimento sem causa.

*AGRABEN* contestou o pedido alegando, preliminarmente, a falta de interesse de agir; no mérito, alegou que a restituição dos valores pagos pelo autor deveria se dar nos moldes do contrato e que não caberia restituição dos valores pagos a título de taxa de administração, fundo comum do grupo, multa, juros e seguro de vida, vez que sua cobrança seria assegurada por lei (art. 5º, §3º e art. 27 da Lei 11.795/2008); afirmou que o autor estava ciente de todas as cláusulas contratuais e portanto, tais condições deveriam ser respeitadas, imperando o pacta sunt servanda, e que com isso, o valor a ser restituído ao autor em relação ao contrato seria R\$3.436,40; sustentou que o regime de liquidação extrajudicial, regido pela Lei nº: 024/74, constituiria processo de execução coletiva, em que haverão de concorrer todos os credores da massa, após comprovados os seus créditos, e que nessa linha, sobre o eventual quantum debeatur apurado em detrimento da massa liquidanda, não poderiam incidir juros ou multas durante o período compreendido entre a data da liquidação e o momento em que se encerrar o pagamento do passivo da massa; alegou não caber indenização por danos morais, uma vez que todo o ocorrido não deteve capacidade prejudicial de afetar a moral do recorrente, não passando de mero dissabor; diante do exposto, requereu seja acolhida a preliminar de falta de interesse de agir, a fim de declarar extinto o processo com fulcro no art. 485, inciso VI, do CPC, no mérito, a improcedência dos pedidos iniciais, subsidiariamente, requereu seja indeferido a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

restituição dos valores pagos a título de taxa de administração, fundo comum do grupo, multa, juros e seguro de vida, vez que sua cobrança seria assegurada por lei (art. 5º, §3º e art. 27 da Lei 11.795/2008), que caso apurado algum valor devido ao autor, determinar que se proceda à declaração/habilitação do crédito na liquidação extrajudicial da ré, (Lei n.º 6024/74, artigos 22 e seguintes), seja afastada a fluência dos juros enquanto perdurar o regime liquidatório da ré, nos termos do artigo 18, da Lei 6024/74, alínea "d"; seja afastada a condenação a título de danos morais, seja reconhecida a impossibilidade de instauração de eventuais incidentes de cumprimento de sentença ou execuções definitivas intentadas em face da ré, em cumprimento do artigo 18, da Lei 6024/74, alínea "a", ademais, requereu a condenação do autor em custas, despesas processuais e honorários advocatícios.

NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA, contestou alegando a ilegitimidade passiva dos requeridos *Adhmar, Gonçalo e Luiz Haroldo*, uma vez que a responsabilização dos sócios não ocorreria de imediato, somente após a desconsideração da personalidade jurídica por determinação judicial e afirmou que ainda que tenha sido decretada sua liquidação extrajudicial, a empresa não encerrou suas atividades; no mérito, sustentou que o consórcio teria patrimônio e que todos os valores pagos pelos consorciados estariam depositados nas contas dos respectivos grupos, incumbindo ao liquidante nomeado pelo banco central determinar como será realizada a restituição aos consorciados e afirmou que a corrê também seria parte ilegítima pago ao consórcio administrado pela corrê, e que, portanto, não haveria relação entre a pretensão do autor, que seria a restituição de parcelas, e a atividade desenvolvida pela ré, compra e venda de motocicletas; afirmou que a ré não faria parte da relação jurídica existente entre o autor e a corrê, uma vez que a atividade por ela desenvolvida é a de compra e venda de veículos e não a administração de grupos de consórcio; alegou que o contrato de prestação de serviços firmado entre as requeridas permitiria à *Novamoto* comercializar cotas do consórcio, da mesma forma que a ré teria convênio com outras instituições financeiras caso o consumidor opte por financiar o bem adquirido na concessionária; sustentou não ser cabível danos morais e concluiu pela improcedência da ação, condenando o autor nas consectárias da espécie.

O autor replicou reiterando os termos da inicial.

É o relatório.

DECIDO.

Preliminarmente, cumpre considerar não caiba a concessão dos benefícios da justiça gratuita à ré *Agraben*, porquanto, apesar em regime de liquidação extrajudicial, não haja demonstração de insuficiência de recursos para arcar com os encargos processuais, sendo nesse sentido a jurisprudência: "*JUSTIÇA GRATUITA - Pretensão de reforma do indeferimento - Empresa em liquidação extrajudicial - Situação de liquidando que, por si só, não autoriza a concessão do benefício - Necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com os encargos processuais - Inteligência da Súmula 481, do Superior Tribunal de Justiça - Hipótese em que não logrou a apelante demonstrar sua efetiva necessidade*"<sup>1</sup>.

Com a relação à preliminar de ilegitimidade passiva do réu *Novamoto*, não há como ser acolhida.

<sup>1</sup> *idem*.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

Ocorre que se cuida, na espécie, de uma típica relação de consumo, à qual aplicável o disposto no art. 20 do Código de Defesa do Consumidor, a qual “*instituiu uma solidariedade legal em toda a cadeia de fornecedores, organizados para servir ao consumidor*”, e, desse modo, “*Cabe ao consumidor a escolha contra quem irá reclamar*”, pois “*quando o caso é de serviços prestados por muitos fornecedores (unidos entre si ou não), o dever legal de qualidade é de todos*” (cf. CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM <sup>23</sup>).

Ora, os documentos de fls. 21/23 deixam manifestamente claro que a ré *Novamoto* não apenas intermediava a venda dos contratos, mas era de fato quem promovia esse Consórcio, amparada na personalidade jurídica distinta da administradora e também ré *Agraben*, cuja premiação era obrigatoriamente voltada à venda de motocicletas no estabelecimento comercial da ré *Novamoto*, razão pela qual a condição de *encadeamento de fornecedores* para a conclusão do negócio de venda está suficientemente demonstrada, impondo a aplicação do disposto no referido art. 20 do Código de Defesa do Consumidor.

Há, portanto, solidariedade ditada pela lei, que deverá ser observada caso procedente a ação pelo seu mérito.

Ainda em relação às preliminares, cumpre igualmente rejeitada a alegação de falta de interesse de agir do autor, na medida em que a resistência de ambas as rés em proceder à restituição dos valores desembolsados pelo autor é mais que clara, com o devido respeito.

Valha-nos lembrar, a possibilidade de que o autor realize a habilitação do seu crédito junto à Massa Liquidanda da ré *Agrobens*, atualmente em regime especial de liquidação extrajudicial, não importa em que deve observar o mesmo procedimento em relação à devedora solidária *Novamoto*, razão pela qual rejeito a preliminar de falta de interesse.

Contudo, em relação à preliminar de legitimidade dos sócios da ré *Novamoto*, é o caso de acolhe-la. Pois, os réus *Adhmar*, *Gonçalo* e *Luiz Haroldo*, não tem mesmo legitimidade para figurarem no polo passivo da demanda.

Isso porque, como é cediço, os direitos e obrigações da pessoa jurídica não se confundem com os das pessoas físicas dos seus sócios. Apenas em situações excepcionais de desconsideração da personalidade jurídica é que os sócios respondem, pessoalmente, pelos atos praticados, o que é não o caso posto.

Assim, fica acolhida a preliminar para extinguir o feito em relação aos réus *Luiz Haroldo Benetton*, *Adhmar Benetton Júnior* e *Gonçalo Agra de Freitas*.

No mérito, resta incontroversa a existência do contrato de consórcio bem como sua suspensão, com a consequência da não contemplação do autor enquanto consorciado, não obstante viesse ele cumprindo regulamente sua obrigação em relação aos pagamentos das parcelas, de modo a tornar forçosa a conclusão de que o inadimplemento ocorreu por culpa exclusiva das rés, que devem, assim, restituir integralmente os valores pagos pelo consorciado, nos termos do que vem decidindo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “*RESTITUIÇÃO DAS QUANTIAS PAGAS – Valores que devem ser objeto de devolução integral, ante o manifesto inadimplemento contratual da administradora de*

<sup>2</sup> CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM, *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*, 2004, RT-SP, p. 569.

<sup>3</sup> CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM, *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*, 2004, RT, SP, p. 310.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

*consórcios"*<sup>4</sup>.

A restituição é, portanto, devida, nos termos do que o próprio autor liquidou, no valor de R\$ 2.950,00, o qual, não tendo sido impugnado pelas rés, fica acolhido.

É fato que o Superior Tribunal de Justiça, em julgamento proferido no Recurso Especial nº 1.119.300/RS, processado na sistemática dos recursos repetitivos, definiu a seguinte tese: *"É devida a restituição de valores vertidos por consorciado desistente ao grupo de consórcio, mas não de imediato, e sim em até trinta dias a contar do prazo previsto contratualmente para o encerramento do plano"*. Contudo, a situação tratada no caso em questão é diversa, porquanto não envolve desistência do consorciado, mas sim rescisão por culpa exclusiva da antiga administradora, de modo que a devolução da quantia deve ser imediata.

Pelo mesmo motivo, a restituição deverá ser de forma integral, sendo injustificável qualquer retenção dos valores pagos. Em outras palavras, o rompimento por inexecução contratual impõe o retorno das partes ao *status quo ante*, que somente ocorrerá com a devida reembolso de todos os valores despendidos pelo autor.

Nesse sentido: *"Justiça Gratuita – Pedido formulado de acordo com o art. 99 do CPC – Elementos que demonstram a incapacidade financeira da ré – Benefício concedido (arts. 98 e 99, §2º do CPC). Falta de interesse de agir - Inocorrência - Necessidade de ir a juízo para alcance da tutela pretendida – Princípio da inafastabilidade da jurisdição - Preliminar afastada. Consórcio - Ação de rescisão contratual cumulada com restituição de valores pagos – Má-gestão e decretação da liquidação extrajudicial – Inadimplemento da administradora – Reconhecimento - Devolução das parcelas devidas – Impossibilidade de dedução taxa de administração, seguro de vida, fundo comum do grupo e multa contratual – Juros moratórios - Incidência – Óbice inexistente - Precedente do STJ – Pedido de suspensão do feito – Indeferimento - Inaplicabilidade do disposto no art. 18, alínea a, da Lei nº 6.024/74 – Cessão dos grupos consorciais a nova empresa administradora – Medida que não se presta a afastar o direito reconhecido da autora a ter o contrato rescindido por culpa da ré – Ausência de comprovação de que a suspensão do grupo já terminou – Possibilidade de prejuízo ao objeto contratual durante o extenso período de suspensão do grupo consorcial – Procedência da demanda mantida – RITJ/SP, artigo 252 - Assento Regimental nº 562/2017, art. 23. Recurso não provido, com observação."* (cf, Apelação nº 1010261-03.2017.8.26.0037 - TJSP - 13/04/2018).

Como também: "CONTRATO. CONSÓRCIO. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA ADMINISTRADORA. DESISTÊNCIA. CULPA DA ADMINISTRADORA. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO. JUROS DE MORA. 1. Tendo em vista que a desistência do contrato de consórcio ocorreu por culpa exclusiva da administradora, que paralisou o grupo, cabe devolução imediata e integral dos valores pagos pelos consorciados. 2. A liquidação extrajudicial da administradora de consórcios impede a fluência de juros, nos moldes do disposto na Lei 6.024/74. 3. Evidente que o autor necessitou da intervenção judicial para a obtenção de seu direito, evidenciando seu interesse processual. 4. Recurso parcialmente provido, rejeitada a preliminar." (TJSP,

<sup>4</sup> (Apelação 0044063-81.2012.8.26.0005; Relator(a): Claudia Grieco Tabosa Pessoa; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 24ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 05/11/2015; Data de registro: 09/11/2015)





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

Apelação nº 1000563-98.2016.8.26.0233, 14ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Melo Colombi, j. 20/02/2018).

A correção monetária deverá ser contada pelo índice do INPC da data dos respectivos desembolsos e os juros de mora de 1,0% ao mês a contar da citação.

Não merece acolhimento, vez mais com o devido respeito, a tese de não incidência desses juros de mora, mesmo em relação à ré *Agrabens* e sua condição de Massa Liquidanda, na medida em que a própria Lei nº 6.024/74 condiciona a não incidência desses juros à inexistência de ativo suficiente para o pagamento, questão que somente em sede de execução poderá ser analisada.

A propósito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "*AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. ENCARGOS MORATÓRIOS. PRECEDENTES DA CORTE. GRATUIDADE JUDICIÁRIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. 1.-"Ajuizada ação de adimplemento de obrigação descumprida pela empresa em liquidação, incide a regra processual sobre a mora (art. 219 CPC) e, como consequência, fluem os juros moratórios desde a citação válida" (REsp 48.606/SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, DJ 29/08/1994)".<sup>5</sup>*

A mesma sorte, porém, não tem o autor em relação ao pedido de indenização pelos danos morais, atento a que o descumprimento contratual, por si só, não seja o bastante para configuração desse prejuízo subjetivo, inclusive pelo fato de não haver na causa de pedir demonstração ou indicação séria da existência efetiva desse dano, parecendo a este Juízo, com o máximo respeito ao entendimento do autor, de que a partir da integral restituição dos valores pagos, ainda que com certo atraso, terá ele oportunidade de adquirir o veículo que, como afirma, "sonhava", razões pelas quais não deve prosperar tal pedido.

As rés sucumbem em relação aos pedidos de rescisão do contrato e de repetição dos valores recebidos, de modo que deverão arcar com o pagamento do valor equivalente a dois terços (2/3) das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado, ficando a cargo do autor o pagamento dos restantes um terço (1/3) dessas verbas em consequência de sua parcial sucumbência em relação aos danos morais.

Isto posto JULGO EXTINTO O FEITO em relação aos réus, sócios administradores GONÇALO AGRA DE FREITAS, LUIZ HAROLDO BENETTON e ADHMAR BENETTON JÚNIOR, nos termos do art. 485, VI, CPC, e JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação DOU POR RESCINDIDO o contrato de consórcio nº 231156, Grupo A746, Cota 437, tendo por objeto *motocicleta honda biz 125 ex*, no valor de R\$ 7.762,00, firmado entre as rés AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA E NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA, em consequência do que CONDENO as rés AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA E NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA a pagar a(o) autor(a) TIAGO BUENO a importância de R\$ 2.950,00 (*dois mil novecentos e cinquenta reais*), com correção monetária pelo índice do INPC a partir dos respectivos desembolso, e juros moratórios de 1%, ao mês a contar da citação, e CONDENO as rés ao pagamento do valor equivalente a dois terços (2/3) das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado, ficando a cargo do autor o pagamento dos restantes um terço (1/3)

<sup>5</sup> *idem*.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

dessas verbas, prejudicada a execução dessa sucumbência, enquanto durarem os efeitos da assistência judicial gratuita a ele concedida.

Publique-se. Intimem-se.

**São Carlos, 18 de maio de 2018.**

**Vilson Palaro Júnior**  
Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**